

REQUERIMENTO Número / (.^a)

PERGUNTA Número / (.^a)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

O Instituto Politécnico de Lisboa (IPL) tornou pública, através de um anúncio publicado na comunicação social, a intenção de alienar edifícios que detém na Rua da Academia das Ciências e na Rua do Século. Estes edifícios, localizados na freguesia da Misericórdia, estão inseridos numa das zonas que mais tem sofrido os efeitos da especulação imobiliária. O valor mínimo pedido pelo IPL é de dez milhões de euros, sendo a venda dos imóveis sujeita a leilão.

Este edifício histórico acolheu, desde 1995, a Escola Superior de Dança (ESD). Em 2018, perante a degradação do edifício, que já não oferecia as condições de segurança a estudantes, professores e a todos os que ali trabalhavam, a comunidade escolar juntou-se para exigir uma intervenção que salvaguardasse a segurança do edificado.

O IPL procurou resolver a questão através de uma permuta, que levaria à construção de um novo edifício no Campus de Benfica. Esta situação acabou por não se concretizar e o IPL, perante a falta de investimento do governo, decidiu alienar o edifício.

A direção do IPL afirma que, em 2017, foi apresentado ao Secretário de Estado do Tesouro um pedido que visava permitir a construção de um novo edifício. Esta intenção foi comunicada, de igual modo, à Secretaria-Geral da Educação e Ciência, a qual, entretanto, solicitou autorização para a venda do atual edifício da ESD ao Conselho Geral do IPL. Este acabou por autorizar o negócio. Iniciou-se assim um processo de avaliação do edifício, por parte da Direção Geral do Tesouro e Finanças, confirmando a alienação que se encontra agora em curso.

Este processo representa uma situação de enorme gravidade. Tanto mais que o edifício agora em processo de alienação faz parte do Palácio Pombal, classificado como imóvel de interesse público. Este palácio é constituído por três núcleos. Até agora, apenas um pertencia a uma entidade privada. Ora, coincidentemente, esta entidade está neste momento a alterar o seu uso de habitação para turismo (tornando-se, assim, num hotel). Se esta alienação destes edifícios do IPL se confirmarem, apenas um dos núcleos do Palácio Pombal não estará no domínio privado. Trata-se, de um processo de privatização de um edifício histórico da cidade de Lisboa.

E é, por isso, inaceitável.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério das Finanças, as seguintes perguntas:

1. Tem o governo conhecimento desta alienação?
2. Não considera o governo que o Palácio Pombal, classificado como imóvel de interesse público, deve ser alvo de investimento que garanta a sua preservação, mantendo-se na esfera pública?
3. Que diligências tomará o governo de modo a travar o negócio em curso?

Palácio de São Bento, 19 de janeiro de 2023

Deputado(a)s

MARIANA MORTÁGUA(BE)